



*Recensão a **Historiadores en España, Historia de la historia y memoria de la profesión**, de Ignacio Peiró Martín*

Sérgio Campos Matos

Práticas da História 1, n.º 1 (2015): 231-239

www.praticadashistoria.pt

Ignacio Peiró Martín

Historiadores en España, Historia de la historia y memoria de la profesión

Saragoça: Prensas da la Universidad de Zaragoza,
2012, 404 pp.

Sérgio Campos Matos*

Historiografia em contexto de ditadura. Nos últimos decénios, no contexto europeu, a Espanha tem sido um laboratório de experimentação dos nacionalismos e um objecto de estudos particularmente enriquecedor no que respeita ao debate sobre a questão nacional, os conflitos de memórias e a escrita da história. Nada que se compare deste ponto de vista com o caso português, quer em termos vivenciais quer no que respeita à investigação que tem sido empreendida a esse respeito no campo das ciências humanas. Num tempo em que regressam velhos estereótipos étnicos sobre as nações da Europa do Sul, a Espanha, na diversidade e riqueza da sua cultura histórica, merece a maior atenção. A estreita relação entre as experiências históricas peninsulares e as afinidades entre as respectivas memórias nacionais torna a leitura de *Historiadores en España* um estimulante instrumento para a realização de trabalhos comparativos entre as culturas políticas e as historiografias peninsulares do século XX e as respectivas condições de produção. Onde, por todas as razões, convém dá-lo a conhecer aos leitores portugueses. E sugerir reflexões a seu respeito.

No campo da história da historiografia, têm sido produzidos em Espanha, desde os anos 80, numerosos estudos, teses e revistas especializadas. Sem esquecer o *Diccionario Akal de Historiadores españoles*

* Universidade de Lisboa/Centro de História [sergiocamposmatos@gmail.com].

contemporáneos (1840-1980), Madrid, 2002, de que foi co-autor Ignacio Peiró Martín. Exemplo de tal labor é a obra deste historiador, professor da Universidade de Saragoça, um dos mais destacados estudiosos da cultura histórica em Espanha, também autor de uma tese de referência sobre a historiografia espanhola no período da Restauração, *Los guardianes de la historia* (com duas edições, em 1995 e 2006). Ignacio Peiró transporta-nos agora para a historiografia do século XX, com destaque para o longo período do franquismo (1936-1975), mas em diversos momentos remontando a meados de Oitocentos para sondar as raízes da moderna actividade dos historiadores, sem esquecer a questão da “responsabilidade do historiador” nos princípios do século XXI. Não surpreende pois que a problemática central de *Historiadores en España* se centre na relação entre o campo político e o campo historiográfico, como o contexto político da ditadura condicionou a escrita da história e constituiu, segundo o autor, uma ruptura com a tradição liberal, o primeiro “momento zero” da historiografia espanhola, um verdadeiro “holocausto cultural” que aniquilou uma tradição histórica então rotulada para efeitos propagandísticos de anti-espanhola. Mas outras questões-chave irrompem neste rigoroso e fundamentado livro, com destaque para a profissionalização dos historiadores e a sua auto-representação – como se referem os historiadores a si mesmos e às suas obras? – e a circulação europeia de culturas históricas.

Historiadores en España reúne textos escritos ao longo de uma década que, agora em volume, alcançam uma coerente unidade. À partida, de notar uma característica marcante: trata-se de trabalhos eruditos, bem documentados, com informação escorada em abundantes notas que, em muitos casos, abrem horizontes de estudos. A estratégia adoptada pelo autor traduz-se num duplo movimento, das tendências gerais para o particular e do particular para o geral. A visão de conjunto, contextual, leva-o a avaliar em que medida as políticas do passado do franquismo condicionaram as práticas historiográficas. Como a ditadura obrigou muitos historiadores a exilarem-se nas Américas e em alguns países europeus, cindindo o campo historiográfico em duas partes: a do exílio, que manteve “el sentido de continuidad de los valores

liberales de la profesión. Y la del interior, rota por el control político-ideológico de la dictadura, la censura y la autarquía intelectual” (p. 13). Entre os exilados, refiram-se, entre muitos outros, Rafael Altamira, Sanchez Albornoz (que fora embaixador de Espanha em Lisboa, durante a Guerra Civil) ou Americo Castro.

Ignacio Peiró detém-se depois em casos paradigmáticos, dedicando extensos capítulos aos percursos intelectuais de dois grandes historiadores do século XX que estiveram em estreito contacto com outras culturas históricas e outras universidades europeias e americanas: Rafael Altamira (1866-1951) e José María Jover Zamora (1920-2006). Nestes estudos de caso, o Autor nunca perde de vista relações contextuais e problemas-chave em que se inscrevem os percursos dos referidos autores: o processo de profissionalização dos historiadores (cuja etapa principal situa entre 1920 e 1936), a circulação internacional da cultura histórica, e o corte que representou na formação da historiografia a instauração do regime de Franco, na sequência da sangrenta guerra civil espanhola (1936-39). Já Vicens Vives tinha aliás notado essa demarcação entre “un antes e un después de la ciencia histórica y el inicio de la ‘larga travesía del desierto’ de una historiografía que solo comenzará a recuperarse en las décadas de los cincuenta y sesenta” (p. 40).

Poder-se-á dizer o mesmo no caso do Estado Novo de Salazar? Só um estudo aprofundado permitirá responder com fundamento a tal pergunta. Se é certo que o regime português nasceu no seio de uma Ditadura Militar, não resultou contudo da radicalização de uma guerra civil e não obrigou a um exílio em massa daqueles que com ele divergiam. Mas muitos intelectuais e militantes opositoristas viram-se obrigados a sair do país. É sabido que houve demissões compulsivas de numerosos professores universitários (lembrem-se os historiadores Rodrigues Lapa e Sílvio Lima). Outros, por não lhes terem sido renovados os contratos ou constrangidos pela ausência de liberdade, exilaram-se (casos de Vitorino Magalhães Godinho e António José Saraiva, mas também do já referido Lapa). E muitos só seriam admitidos nas universidades já após a queda do regime (Barradas de Carvalho, Joel Serrão, Borges Coelho, etc.). A Imprensa da Universidade de Coimbra, dirigida pelo notável historiador Joaquim de

Carvalho, foi encerrada. E houve censura de obras historiográficas (por exemplo, a *História de Portugal* de António Sérgio, cujo primeiro volume foi apreendido pela censura logo em 1941, seria interrompida pelo autor). Se a instauração do Estado Novo, nos anos 30, marca um novo tempo no que respeita às condições de produção da escrita da história, particularmente no que respeita ao ensino público e às universidades, o facto de o então novo regime se ter erguido sobre os escombros de uma instável Ditadura Militar que durou seis anos atenuou porventura o sentido de corte com esses anos – a ruptura deu-se sim com a tradição liberal da I República. Mas nada que se compare à radicalidade da Guerra Civil espanhola e do franquismo que significou uma “hora zero” no campo historiográfico. Em Portugal, os historiadores liberais, republicanos e socialistas continuaram a publicar as suas obras, em condições difíceis, vigiados por uma apertada censura, é certo. Mas continuaram a fazer ouvir a sua voz em publicações periódicas como a *Seara Nova* ou a *Vértice*. No entanto, nos seus últimos decénios o regime terá resistido mais à mudança do que o franquismo – uma longa guerra colonial em três frentes (1961-1974) contribuiu decerto para esse bloqueio. No caso português, o crescimento da Universidade foi drasticamente estancado até aos finais dos anos 60: o número de doutoramentos em História e o número de professores (incluindo catedráticos) nesta área era extremamente reduzido, em termos relativos, em comparação com o caso espanhol.

O franquismo terá pois representado uma ruptura bem mais profunda e radical com o passado liberal, laico e republicano. Mas, tal como o regime de Salazar, alimentou comportamentos de prudência, tida como uma “virtud moral”, “categoria de comportamiento intelectual y un principio de responsabilidad profesional” (p. 51). No entanto, nos anos sessenta há grandes novidades, há historiadores que em contacto com outras universidades europeias, sobretudo alemãs e francesas, adoptam uma postura mais crítica e aberta e, alegadamente, o seu distanciamento do regime levá-los-á a converterem-se em “nuevos liberales” (p. 51). Esta é uma das questões a que o Autor concede maior atenção: a auto-representação tardia de historiadores que se tinham acomodado ao regime como “liberais”.

Tal como em Portugal, a cultura de importação mais influente na Espanha do século XIX foi a francesa, muito por via dos emigrados políticos e da literatura de viagens. Justificam-se pois plenamente as páginas que Ignacio Peiró Martín dedica aos *maîtres à penser* da historiografia francesa, em especial aos hispanistas e a Gabriel Monod, que introduziu em França o modelo do seminário alemão na *École Pratique des Hautes Études* (1869). A obra de Rafael Altamira exprime bem esse contacto com a cultura histórica francesa, nos finais do século XIX e princípios do século XX muito marcada pela história metódica de Charles Seignobos, evidente até na ferramenta conceptual que mobiliza (civilização, alma nacional, psicologia do povo, regeneração) e contribuiu decisivamente para a profissionalização dos historiadores em Espanha. Mas para além disso, Altamira conhecia bem a melhor historiografia britânica do século XIX – Macaulay e Buckle, entre outros. Este último também tinha sido lido e discutido em Portugal, a propósito do seu conceito de civilização e, sobretudo, da perspectiva muito crítica que teceu acerca da história da Espanha que via como um exemplo de atraso atribuído a razões climáticas, políticas (o absolutismo) e religiosas (o catolicismo da contra-reforma): a *História da Civilização Ibérica* (1879) de Oliveira Martins é uma resposta à *History of Civilization in England*. Altamira deixou marcas profundas, inclusive na pedagogia da história – lembre-se o seu estimulante livrinho *La enseñanza de la historia* (1891), que Marcel Bataillon viu como “le ‘manuel’ de cette discipline pendant de longues années” e Ignacio Peiró qualifica de “seminal”, precisamente pela função que teve na senda da profissionalização. Este livro marcou uma época em que, para além das exigências de rigor científico, a história era também considerada – e não só em Espanha – um instrumento de educação nacional. Escrever a história de Espanha era para Rafael Altamira, como bem nota Ignacio Peiró, “un deber patriótico” (p. 112).

Já no que respeita a José María Jover, o interesse de Peiró prende-se sobretudo em compreender a sua “metamorfosis contemporaneísta”, uma vez que Jover foi até aos anos 60 um modernista (com uma tese de doutoramento centrada no século XVII). Reconhece que foi um dos

pioneiros na “normalização disciplinar da história contemporânea” e da prática da história da historiografia em Espanha. Pode perguntar-se: até que ponto terá constituído esta passagem de modernista a contemporaneísta, como parece sugerir o Autor, uma mudança de perspectiva historiográfica. Traduziu-se ela numa renovação conceptual? (Os usos de um conceito como civilização poderão a este respeito ser esclarecedores, tanto mais que Jover viria a prefaciar uma nova edição da *Historia de España y de la civilización española* de Altamira, em 2001). O percurso de José María Jover é muito significativo – a sua estadia na Alemanha foi também, no entender de Peiró, um exemplo de como as convenções do seu tempo condicionaram e modelaram a sua reflexão e prática historiográfica sobre a Espanha contemporânea. Esta especialização contemporaneísta (não só de Jover) terá constituído um modo de integrar a renovação no seio dos sectores que conviviam com o regime.

Ora este é um dos aspectos que importará contrastar futuramente com o caso português: a relação dos historiadores com uma memória histórica mais recente. É que, das 117 teses de doutoramento defendidas em Espanha entre 1940 e 1950, 10 incidiram sobre temas relacionados com o século XIX. Enquanto em Portugal, não apenas nessa época o estudo da chamada época contemporânea era desaconselhado (por exemplo, Magalhães Godinho não pôde estudar o pensamento de Oliveira Martins e as primeiras teses de licenciatura dedicadas ao século XIX surgem já em plena década de 60), como, de resto, muito raros foram os doutoramentos *em todas* as especialidades históricas (naquela década de 1940, nas universidades de Lisboa e Coimbra, houve apenas duas teses de doutoramento defendidas, nenhuma delas correspondendo aos séculos XIX e XX¹), numa outra escala de dimensão da própria

1 No decénio de 1930, o número total de teses de História defendidas em Portugal tinha sido de 5. No decénio de 1950 tinham sido 4 e no de 1960, 3. Cf. Maria José Sabino de Moura, coord., *Doutoramentos da Universidade de Lisboa, 1911-1971* (Lisboa: Universidade de Lisboa, 1972) e J. P. Avelãs Nunes, *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra 1911-1974* (Lisboa: Inst. de Inovação Educacional, 1995), 262. Só contabilizei as teses consideradas inscritas em “Ciências Históricas” – o que não quer dizer que teses defendidas noutras áreas (Filologia Românica, Geografia, etc.), não tivessem uma dimensão histórica. Nas décadas de 1920, 1940 e 1960 não houve qualquer doutoramento em História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Na Universidade de Lisboa não houve nenhum nas décadas de 1910 e 1920. A escassez destes números fala por si. Para uma perspectiva mais geral so-

universidade. O que mostra bem a política de não investimento do regime de Salazar na Universidade e na investigação científica. Mas este é problema mais geral, que exige atenção particular.

Como explicar o contraste entre os dois casos peninsulares no que respeita à história contemporânea? A resposta a esta pergunta exigirá estudo aprofundado. Para já, formule-se a seguinte hipótese. Em Portugal, o contemporâneo foi considerado impuro pelos historiadores arquivistas que dominaram o panorama historiográfico nacional nos finais do século XIX e primeiros decénios do século XX. A ausência de distanciamento inibia-os de escreverem a história de um passado recente que, a seu ver, devia ser imparcial. Mas esta não deixou de ser cultivada por historiadores e divulgadores republicanos e liberais (caso dos colaboradores da *História do Regimen Republicano em Portugal*, 1930-32, de Luís de Montalvor). Alfredo Pimenta, um tradicionalista que apoiou o Estado Novo e foi sobretudo medievalista, chegou a considerar que a historiografia que estudava o século XV em diante deixava de ser história para ser política e jornalismo. O século XIX, considerado um século estúpido, dominado pelo liberalismo e pelas revoluções, hegemonzado pela memória liberal, devia ser objecto de profunda revisão histórica. Ora essa revisão só chegou, no caso português, com a geração do Integralismo Lusitano: já nos anos 30, Alfredo Pimenta e João Ameal, em manuais de história geral de desigual valor e extensão (até lá, havia apenas alguns ensaios doutros autores, entre eles o próprio mestre do Integralismo, António Sardinha). E o estudo especializado do século XIX, excluído ou secundarizado na universidade, acabou por ser cultivado fora dela por historiadores marcados pelos *Annales* (Joel Serrão, Magalhães Godinho, J. Augusto França) e pelo marxismo (Armando Castro, Costa Dias, Victor de Sá, Alberto Ferreira, José Tengarrinha). Note-se contudo que em França, na mesma época, o interesse pela história contemporânea era minoritário no ensino superior. Não surpreende pois que nas universidades portuguesas também continuasse a dominar o estudo das épocas

bre os doutoramentos nesta Universidade veja-se José M. Guedes de Sousa e Ricardo de Brito, "A elite universitária de Lisboa," in *A Universidade de Lisboa séculos XIX e XX*, coord. Sérgio Campos Matos e Jorge Ramos do Ó, vol. I (Lisboa: Tinta-da-China, 2013), 187-291 e 311-318.

medieval e moderna. E no caso espanhol, como nota Ignacio Peiró, se a dedicação à história contemporânea foi também minoritária, foram os historiadores tradicionalistas e integristas que tomaram a iniciativa de cultivar a história política do século XIX.

Um outro tópico central no itinerário de Peiró é o que se refere aos historiadores que foram qualificados pelo regime de “nuevos liberales” e eles próprios se auto-qualificaram de liberais. Intelectuais como Pedro Lain Entralgo, José Antonio Maravall, Santiago Montero Díaz e José Luis Aranguren foram assim designados num libelo publicado pelo Ministério de Informação e Turismo (1965), então chefiado por Fraga Iribarne. Como explica o Autor esta “conversão liberal” de intelectuais? Ter-se-á inscrito numa estratégia de construção de “sociologias da fama” que se filiavam no espírito liberal de Ortega, mas também correspondeu a um expediente de afirmação de um “modelo de resistencia responsable, el moralismo autocomprensivo” (p. 239). Tratava-se para estes historiadores de um modo de exorcizarem as consequências da guerra civil e também de “maquillar las adaptaciones de estilo y el colaboracionismo político-cultural” no pós-guerra (p. 238). Em Portugal, sucedeu algo de comparável, mas bem diverso. A maior parte dos intelectuais e dos historiadores que foram inovadores situaram-se politicamente na oposição ao regime de Salazar – mas evidentemente não há qualquer relação de causa-efeito entre compromisso político e qualidade científica. É certo que já no final do decénio de 1960, durante o marcelismo, entre os jovens políticos e intelectuais que apoiaram o Estado Novo ou que com ele conviveram ou colaboraram, um pequeno grupo de deputados da Assembleia Nacional foi taxado de “ala liberal” (nela figuravam Sá Carneiro, Miller Guerra, Magalhães Mota e Pinto Balsemão). Mas entre esse grupo que inicialmente apoiou o reformismo de Marcelo Caetano não havia nenhum historiador. Ironia da questão, Marcelo Caetano, então presidente do conselho de ministros, ele sim foi professor na Universidade de Lisboa (Faculdade de Direito) e historiador (mas Marcelo teve o apoio inicial de intelectuais, entre eles alguns historiadores e professores universitários). De qualquer modo, também esta problemática da relação entre a escrita da história e o poder está por estudar no caso português.

Note-se ainda, em *Historiadores en España*, a certa caracterização do modelo profissional configurado pelos historiadores no tempo da ditadura, modelo centrado na figura do catedrático e que deu origem a “una comunidad regida por los principios del mandarinato y definida por la obsolescencia de su academicismo, cuyas rigideces y jerarquizadas formas exteriores enmascaraban la extraordinaria vacuidad de una profesión regida por las líneas maestras de la sumisión” e em que se afirmavam “las incompetencias individuales más manifiestas, la inevitable ausencia de la crítica – siempre percibida en términos de ataques personales – y como la simple honestidad ‘científica’ se convirtió en un bien escaso y preciado” (p. 267). Palavras que bem poderiam adoptar-se ao meio universitário português da mesma época.

Ignacio Peiró deixa em aberto uma questão, para a qual entretanto fornece informação detalhada num quadro final (“Catedráticos de História das Faculdades de Filosofia e Letras das Universidades Espanholas 1840-1984”): quem foram os historiadores espanhóis? (A resposta será dada decerto no projecto do *Diccionario de Catedráticos de Historia de Espanha* que o Autor tem em mãos). Mas sobretudo deixa uma estimulante reflexão sobre a politização da história e o modo de acautelar a sua instrumentalização: a necessidade de distância crítica em relação ao objecto de estudo. Em tempo de relativismo cultural mas também de intensa politização e de novas manipulações ideológicas fica por último uma proposta de renovação da responsabilidade profissional do historiador, assente numa exigência de independência e verdade. Não é esse afinal o sentido do trabalho universitário, a liberdade e a autonomia do saber em relação aos poderes instituídos?

Referência para citação:

Matos, Sérgio Campos. Recensão a *Historiadores en España, Historia de la historia y memoria de la profesión*, de Ignacio Peiró Martín. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 1 (2015); 231-239.